



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

#### **REQUERIMENTO Nº           , DE 2019 (Do Sr. Eduardo Barbosa e da Sra. Tereza Nelma)**

Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto nº 9.759, de 2019, que extingue conselhos de participação social.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, III e art. 255 do Regimento Interno da Câmara, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública, para debater o Decreto nº 9.759/2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal” e o seu impacto sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE.

Para a audiência pública, sugerimos os seguintes convidados:

- Sra. PRISCILLA ROBERTA GASPAR DE OLIVEIRA, Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Sr. MARCOS CASTILHO, Presidente do CONADE.

#### **JUSTIFICATIVA**

O Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”. A medida contraria a Constituição Federal de 1988 que pressupõe participação da sociedade civil na formulação e no controle social das políticas públicas. Essa participação social é uma conquista constitucional da qual não podemos abrir mão sem o necessário debate com o Congresso Nacional.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Considerando a vulnerabilidade das pessoas com deficiência e a necessidade de implementação de políticas para cumprir os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, consideramos imprescindível debater com o Poder Executivo e com o próprio CONADE a situação do Conselho diante a possibilidade de sua extinção com a publicação do referido decreto. Convém lembrar que a participação das pessoas com deficiência ou de seus representantes nas instâncias de decisão está prevista na Convenção, inspirada no lema "nada sobre nós, sem nós" que tem a participação como fundamento nas políticas públicas para pessoas com deficiência.

Neste sentido, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 2019.

**Deputado EDUARDO BARBOSA**  
**(PSDB / MG)**

**Deputada TEREZA NELMA**  
**(PSDB / AL)**